



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Divisão de Apoio às Comissões  
CTSS  
N.º Único 598136  
Entrada/Saída n.º 163 / Data 3 / 4 / 18

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social

Deputado Feliciano Barreiras Duarte

**Assunto: Requerimento para audição da Autoridade para as Condições de Trabalho e do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a situação dos tripulantes portugueses da Ryanair**

Os tripulantes portugueses da Ryanair estão a realizar uma greve histórica, com uma muito significativa adesão, apesar das sistemáticas violações da lei a que a multinacional está a realizar. A par das violações cometidas antes da greve (assédio, ameaças, chantagens), a multinacional optou por substituir trabalhadores em greve, muitos deles por tripulantes oriundos de outras bases noutros países.

Essas práticas foram assumidas publicamente pela companhia. Num memorando enviado aos trabalhadores, já tornado público, a Ryanair admitiu ter substituído trabalhadores em greve, recorrendo a voluntários e a tripulantes estrangeiros. Por outro lado, foram denunciados e demonstrados os atos de assédio moral e coação, as represálias da companhia aérea multinacional sobre os tripulantes que aderiram à greve.

Entretanto, já após a intervenção do PCP na Assembleia da República sobre esta matéria, a Autoridade para as Condições de Trabalho anunciou ter desencadeado ações inspetivas na Ryanair em Portugal para avaliar eventuais irregularidades.

Esta intervenção da ACT deve ter seguimento e deve ser acompanhada pela Assembleia da República. Não pode ser ignorada a gravidade desta situação e as implicações para o país da atuação reiterada e sistemática desta companhia, pelo que este problema não é nem pode ser visto como um mero problema contraordenacional isolado.

Estamos perante uma situação verdadeiramente inaceitável e que não pode passar impune, pelo que, no âmbito das competências da Assembleia da República, de fiscalização da atividade do Governo e independentemente de uma primeira abordagem sobre estes acontecimentos, a realizar na audição do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social já esta semana, vem o PCP requerer que se realize com carácter de urgência a Audição das seguintes entidades, sobre a intervenção do Governo e das autoridades do Estado neste processo:

- Inspectora-Geral da Autoridade para as Condições de Trabalho; e
- Ministro do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social.

Assembleia da República, 03 de Abril de 2018

Os Deputados

RITA RATO

BRUNO DIAS

*N/Ref. INPA-51380-134-GPXIII3º*